



Exma. Senhora

Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputada Emília Cerqueira

Assunto: Requerimento para Audição, com caráter de urgência, ao Senhor Ministro da Agricultura e Pescas sobre a Reprogramação do PEPAC.

A Política Agrícola Comum (PAC), criada em 1962, é a política da UE mais antiga ainda em vigor.

Tem por objetivo produzir alimentos seguros, de elevada qualidade e a preços acessíveis para os cidadãos da EU, assegurar um nível de vida equitativo aos agricultores, preservar os recursos naturais e respeitar o ambiente. Trata-se de uma política dinâmica que, por meio de sucessivas reformas, foi sendo adaptada aos novos desafios com que a agricultura europeia se confronta.

Cada país tem a liberdade de escolher as intervenções concretas que considere mais eficazes para cumprir os seus objetivos específicos.

As novas disposições, entre diversas outras regras, especificam que cada Plano Estratégico estabelece a forma como o Estado-Membro irá utilizar o financiamento da PAC para satisfazer essas necessidades, definindo, nomeadamente, os instrumentos de que se servirá e as metas específicas. A 7.ª Comissão tem acompanhado¹ de perto a criação da nova PAC 2023-2027 e respetiva Reprogramação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC).

A reprogramação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) em Portugal para o período 2023-2027 inclui várias alterações significativas: cortes nas linhas do Investimento, na Sustentabilidade em Zonas Rurais, Risco e Organização da Produção e, ainda, no Conhecimento o que criou uma onda de inquietação em diversas organizações do setor.

1

- 43-CAPes-XV XV|1 - Audição da Ministra da Agricultura e da Alimentação, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, sobre o processo de candidaturas ao Regime de Pagamento Único do PEPAC;
- 83-CAM-XIV XIV|3 - Audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, da Ministra da Agricultura, relativa ao processo de elaboração do PEPAC;
- 78-CAM-XIV XIV|3 - Audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, dos peritos demissionários do Conselho de Acompanhamento da Revisão da Política Agrícola Comum (Professor Doutor Francisco Cordovil; Professor Doutor Raul Jorge; Professor Doutor Tito Rosa; Professor Doutor António Covas)
- 67-CAM-XIV XIV|2 - Audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, da Ministra da Agricultura sobre as medidas para o Período de Transição da PAC e prioridades no sector agrícola e florestal para a Presidência Portuguesa da União Europeia.



Nesse sentido, a 11 de outubro último foi emitido um comunicado² conjunto assinado por oito associações representantes da esmagadora maioria dos produtores agrícolas e florestais de Portugal –Confagri, AJAP, CNA, Forestis, BALADI, Federação Minha Terra, ANEFA, Centro Pinus e Coligação Cívica– sobre a terceira reprogramação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), apresentada pelo Governo e relativa ao ciclo 2023-2027, no qual mostra o desagrado dos subscritores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, nomeadamente ao abrigo do n.º 1 do artigo 102.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer, com caráter de urgência, a audição ao Senhor Ministro da Agricultura e Pescas sobre a Reprogramação do PEPAC.

Palácio de São Bento, 23 de outubro de 2024

O Coordenador do GPPS



Nélson Brito